

REPORTAGEM DE CAPA



CAÇADA SEM-FIM

O CERCO JUDICIAL AO ALMIRANTE OTHON
PINHEIRO, QUE PERSISTE HÁ MAIS DE UMA
DÉCADA, DEMONSTRA QUE A ENGRENAGEM
DA LAVA JATO CONTINUA EM MOVIMENTO

por RODRIGO MARTINS



"No Brasil, só há dois partidos: o de Tiradentes e o de Silvério dos Reis." O aforismo do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, frequentemente evocado pelo almirante Othon Luiz

Pinheiro da Silva, exprime uma convicção que orientou toda a sua trajetória. Ao longo de décadas, o engenheiro da Marinha dedicou-se a um projeto de país fundado na autonomia tecnológica e na afirmação da soberania nacional. O preço foi alto. Hoje, o homem que ajudou a colocar o Brasil no seleto grupo de nações capazes de enriquecer urânio, com tecnologia 100% nacional, ainda tenta desvencilhar-se do cerco judicial que tem enfrentado há mais de uma década. "Tenho 87 anos e tenho poucas esperanças de me libertar desses processos antes de partir, mas seria muito bom poder descansar sem esse peso", diz.

O vendaval começou em 28 de julho de 2015, quando o engenheiro, como preferir ser chamado, foi preso pela "Operação Radioatividade", deflagrada três meses após Dalton Avancini, presidente da Camargo Corrêa, celebrar um acordo de colaboração premiada com a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba. Na ocasião, o executivo relatou que o processo licitatório para a retomada da construção de Angra 3 havia sido direcionado para que dois consórcios saíssem vencedores de dois lotes, ao custo de 3 bilhões de reais. O direcionamento, segundo o próprio delator, teria ocorrido para priorizar empresas com experiência anterior na construção de usinas nucleares. Avancini acrescentou que a empreiteira UTC teria convocado uma reunião às vésperas da assinatura dos contratos e nela foi comentado que haveria "compromissos" de pagamento de propina: 1% do valor seria destinado ao PMDB e aos diretores da Eletronuclear, entre eles Pinheiro, que ocupava a presidência da estatal responsável pela operação de Angra 1 e 2.

Avancini havia sido preso em novembro de 2014 e só pôde ir para casa em março do ano seguinte, após assinar o acordo de cooperação, reproduzindo um padrão da Lava Jato de impor prolongadas prisões preventivas para forçar delações. Com base em seu relato, o Ministério Público Federal já havia denunciado o almirante Othon Pinheiro, em setembro de 2015, por liderar uma "organização criminosa" suspeita de fraudar licitações, distribuir propina e lavar dinheiro desviado da obra da usina nuclear Angra 3. Segundo a peça de 135 páginas, o então presidente da Eletronuclear recebeu repasses de 4,5 milhões de reais da Andrade Gutierrez e da Engevix. Os valores foram destinados à Aratec, empresa de consultoria de Pinheiro, na qual a filha do almirante da reserva, Ana Cristina da Silva Toniolo, detinha apenas 1% do capital social. Ela também foi denunciada, além de executivos das construtoras acusadas de pagar propina.

No mês seguinte, o ministro Teori Zavascki, relator dos processos da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, retirou o caso das mãos da força-tarefa de Curitiba e determinou a remessa dos autos para a Justiça Federal fluminense. O magistrado apontou o óbvio: os fatos não tinham qualquer conexão com o esquema investigado na Petrobras. Como a sede da Eletronuclear fica no Rio, o

**MAIS DE UMA DÚZIA
DE PROCESSOS,
TODOS BASEADOS
EM DELAÇÕES
CONTROVERSAS,
AINDA PERSEGUEM
O PAI DO
PROGRAMA
NUCLEAR
BRASILEIRO**

juiz Sergio Moro, que havia determinado a prisão de Pinheiro, era incompetente para analisar o caso, que acabou distribuído a Marcelo Bretas, titular da 7ª Vara Federal Criminal do Rio.

A transferência para o "juízo competente" não trouxe alívio para o ex-presidente da Eletronuclear. Sob a justificativa de aprofundar as investigações, o MPF no Rio deflagrou, entre 2017 e 2020, outras cinco operações – Pripyat, Irmandade, Lavagem Angra 3, Descontaminação e Fiat Lux – que tinham o almirante como principal suspeito. À acusação original somaram-se os depoimentos de seis delatores, que firmaram uma colaboração conjunta, outra inovação trazida pela Lava Jato. A defesa só teve acesso aos termos do acordo cinco minutos antes da primeira audiência de instrução, o que praticamente inviabilizou o exercício do contraditório. Ao cabo, Bretas condenou Pinheiro à pena de 43 anos de prisão pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro, embaraço às investigações, evasão de divisas e participação em organização criminosa. Ana Cristina, a filha do almirante, foi condenada a 14 anos e dez meses.

Na segunda instância, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região acolheu parcialmente a apelação da defesa. Dos cinco crimes pelos quais Bretas condenara Pinheiro a 43 anos de prisão sobreviveram apenas as acusações de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A pena foi reduzida para 4 anos e três meses de reclusão e substituída por duas penas restritivas de direitos. Ana Cristina foi integralmente absolvida. A reforma da sentença não interrompeu, porém, o assédio judicial. Enquanto aguarda o julgamento de um recurso especial no Superior Tribunal de Justiça referente a essa decisão, o militar da reserva segue às voltas com mais de uma dúzia de processos nas esferas cível e criminal. "Essa é, inclusive, uma



das características da Lava Jato: promover o chamado *overcharging*, uma superacusação. Ingressamos com um *habeas corpus* no STJ, em que apontamos uma ilegalidade na separação proposital dos processos originados nessa investigação, com o claro objetivo do Ministério Público de criar um desgaste econômico insuperável aos acusados”, diz o advogado Fernando Fernandes, responsável pela defesa do almirante no âmbito penal.

Autor do livro *Geopolítica da Intervenção: A Verdadeira História da Lava-Jato* (Geração Editorial), Fernandes faz questão de ressaltar que, no recurso especial apresentado ao STJ, a defesa pede a absolvição de Pinheiro, embora entenda que já houve a prescrição das condutas imputadas. Ele “estima” que o almirante responda a outros seis processos criminais. “Veja só a situação: sou advogado dele e nem sei de cabeça quantos são.” O colega André Gomes precisou pedir à secretária uma pesquisa para confirmar o número de casos na esfera cível: o ex-presidente da Eletronuclear responde a cin-

BRETAS USOU A ELEVADA PENA IMPOSTA AO ALMIRANTE PARA INDUZIR PRESOS A ASSINAR DELAÇÕES

co processos por improbidade administrativa na primeira instância da Justiça Federal e outros quatro no TRF-2. Com os bens bloqueados, o almirante sobrevive com uma aposentadoria da Marinha de 32 mil reais. “Até isso tentaram tirar de mim, mas não conseguiram porque a lei não permite”, afirma. “Só que metade disso eu gasto com a minha defesa.”

Em novembro, a juíza Claudia Valéria Bastos Fernandes, da 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro, absolveu o almirante, o ex-presidente Michel Temer, o ex-ministro Moreira Franco e outros 13 acusados em uma ação de improbidade

relacionada a contratos firmados entre a Eletronuclear e as empresas AF Consult Ltda. e Engevix para um projeto de engenharia em Angra 3. A magistrada destacou que a 12ª Vara Federal do Distrito Federal já havia rejeitado denúncia por corrupção e lavagem de dinheiro baseada nos mesmos fatos, por considerá-la “genérica” e amparada exclusivamente na versão de um delator. “Não há qualquer elemento concreto de prova que dê suporte à condenação dos mesmos pela prática e/ou participação nos eventos ditos criminosos e ímprobos que lhes foram aqui imputados”, registrou.

No próximo dia 8 de julho, o ex-presidente da Eletronuclear enfrentará o julgamento de outro processo de improbidade no TRF-2. Na apelação, a defesa sustenta que a acusação se apoia exclusivamente nos relatos de delatores e em “anotações/papeluchos (chamados de ‘planilhas’, para lhes dar credibilidade), fabricados pelos próprios colaboradores”. “Em que pese o fato de o Supremo Tribunal Federal ter reconhecido o exagero da Lava Jato e anulado várias ilegalidades, esse monstro ainda sobrevive. Quem é que vai dar fim a ele?”, indaga Fernandes, acrescentando que Pinheiro tem idade avançada e corre o risco de só ter a inocência reconhecida após seu falecimento. “Na verdade, há até o risco de arquivarem os casos sem resolução, deixando a reputação dele manchada pelo resto da eternidade.”

Após analisar o processo original, que resultou na condenação do almirante Pinheiro a 43 anos de prisão, uma comissão da OAB do Rio concluiu tratar-se de um evidente caso de *lawfare*, definido como o “uso estratégico do Direito para fins de deslegitimar, prejudicar ou aniquilar um inimigo”. A peça menciona mensagens apreendidas na Operação Spoofing, extraídas por um *hacker* dos celulares de próceres da “República de Curitiba”. Uma delas sugere que o então



Moro foi considerado um juiz parcial pelo STF e Bretas acabou aposentado compulsoriamente pelo CNJ



Com as obras paralisadas desde 2015, Angra 3 teria um custo duas vezes inferior ao de Angra 2 (acima) e poderia oferecer maior segurança ao sistema elétrico, frequentemente acometido por apagões



TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL; PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL E ILAN PELLENBERG/AGIF/AFP

juiz Sergio Moro não apenas coordenava a investigação conduzida pelo MPF e pela Polícia Federal, mas também definiu a data da prisão do almirante, numa clara confusão entre as atribuições de juízo e acusação. Trata-se de um diálogo entre o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima e o delegado Igor Romário, da-

tado de 7 de julho de 2015: “Igor, Russo sugeriu a operação do professor para a semana do dia 20”. “Russo” era o carinhoso apelido atribuído pelos integrantes da força-tarefa da Lava Jato a Moro e “professor”, ao que tudo indica, era o codinome reservado a Pinheiro, preso em 28 de julho. “Esse diálogo, além de reve-

lar que aquele juiz conduzia a investigação, mostra também qual era o interesse da Operação Radioatividade”, observa o relatório da Comissão de Estudo e Combate ao Lawfare da OAB fluminense, liderado pelo advogado Luciano Tolla.

No fim de 2018, Moro abandonou a magistratura para assumir de vez a carreira política. Em 2021, o Supremo Tribunal Federal anulou as condenações impostas ao ex-presidente Lula pela Lava Jato e reconheceu a parcialidade do ex-juiz nos processos conduzidos em Curitiba. As mensagens apreendidas pela Operação Spoofing contribuíram para a conclusão de que o magistrado atuara como inquisidor, empenhado em atingir determinados alvos políticos. Já Bretas foi aposentado compulsoriamente pelo Conselho Nacional de Justiça, após uma investigação da corregedoria do órgão concluir que ele participou da negociação de acordos de colaboração premiada com advogados de investigados pela operação.

Ironia do destino, a condenação de Bretas também se baseia nas revelações



REPORTAGEM DE CAPA

de um delator: o advogado Nythymar Dias Ferreira Filho, que tomou o cuidado de gravar algumas conversas com o magistrado. Em um desses diálogos, Bretas usa a pena imposta ao almirante para pressionar Fernando Cavendish, ex-dono da Delta, a assinar um acordo de colaboração premiada. “Você pode falar que conversei com ele, com o Léo, que fizemos uma videoconferência lá, e o procurador me garantiu que aqui mantém o interesse, aqui não vai embarrear”, diz o juiz ao advogado, referindo-se a Leonardo Cardoso de Freitas, então coordenador da Lava Jato no Rio. “E aí deixa comigo também, que eu vou aliviar. Não vou botar 43 anos no cara. Cara tá assustado com os 43 anos.” Mais adiante, fica claro de quem estavam falando. “Foi boa então você ter colocado 43 no



Carter ameaçou cortar o combustível de Angra 1 para pressionar Geisel a assinar tratado nuclear

OS MILITARES QUE O BRASIL PREFERE

O almirante Othon Pinheiro vai ao pelourinho, os bolsonaristas acumulam benesses

Para justificar o golpe de 1964, o jornalismo profissional da época endossou a propaganda a respeito dos militares da Sorbonne, formado por supostos intelectuais das Forças Armadas sob a liderança do ditador-mor Humberto Castelo Branco. No período em que o Brasil teve o privilégio de ser comandado por gente tão iluminada, os porões do regime viviam infestados por brucutus e a livre circulação de ideias era diariamente abatida à base de cassetete e pau de arara. Em francês, tortura se pronuncia *torture* (*tórtuirr*). *Decadence avec elegance*. O mito da Sorbonne tem

raízes profundas. A tese de uma supremacia moral e cognitiva pulula o imaginário dos militares há dois séculos, ao menos. O fato de os civis também acreditarem nessa ficção é um caso clínico. O tal Poder Moderador sempre foi radical, em particular contra aqueles que jurou defender. A Guerra do Paraguai instigou o sentimento nas casernas do destino manifesto de subjugar o próprio povo. No último confronto contra forças estrangeiras, os batalhões descobriram suas limitações e seu herói. Desistiram de enfrentar eventuais invasores e apontaram os fuzis em direção aos compatriotas.

Patrono do Exército, Duque de Caxias, vivo fosse, não passaria incólume por um julgamento do Tribunal Penal Internacional por crimes contra a humanidade.

Desde então, às expensas do Erário, o comando militar se dedicou a duas atividades: tramar golpes de Estado e executá-los e arrancar benesses do poder civil. Cerca de 80% do orçamento militar paga soldos e aposentadorias, incluída a boa vida das filhas “solteiras” dos oficiais. Quando os trabalhadores foram submetidos pelo ex-ministro Paulo Guedes a mais uma reforma da Previdência, os fardados acabaram premia-

dos com um plano de carreira e salários. As fronteiras terrestres estão desguarnecidas, mas uma desproporcional parte do efetivo está em permanente estado de alerta para proteger a Baía de Guanabara e a Baía de Todos os Santos. Cenários que só ficam completos com picanha, uísque e cerveja. Ah, não esqueçamos das próteses penianas, assim ninguém se sente humilhado quando ecoar nos quartéis o comando “em riste”. As bases, no entanto, acham pouco e há quem, no Congresso, se disponha a defender mais regalias ao bravo contingente, incluída a isenção total de Imposto de Renda. Justo. Manter o coturno engraxado está pela hora da morte.

Em mais de um século de cerco militar, oficiais como o almirante Othon Pinheiro são uma exceção. Pai do programa



Othon, né?”, elogia o advogado, que representava Cavendish, na gravação. Entre risadas, Bretas confirma: “É, ôôô...”.

O assédio judicial não abalou o prestígio de Pinheiro entre seus pares. Mesmo após a condenação a 43 anos de prisão, a Academia Brasileira de Ciências entregou ao engenheiro, em dezembro de 2024, a Medalha Henrique Morize, a mais alta comenda da instituição. A Universidade Federal da Bahia também lhe outorgou o título de *Doutor Honoris Causa*. Até hoje, acadêmicos seguem mobilizados em sua defesa, em articulação com a Rede Lawfare Nunca Mais, para sustentar a reputação do “pai do programa nuclear brasileiro”. Entre eles estão a advogada Cleide Martins, o físico Carlos Feu Alvim e a socióloga Joana Vargas, professora da UFRJ e filha do físico-químico José Israel Vargas,

DESDE O PÓS-GUERRA, OS EUA SABOTAM O PROGRAMA NUCLEAR DO BRASIL, OBSERVA O ALMIRANTE

que foi ministro da Ciência e Tecnologia nos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso e morreu no ano passado. “Até o fim da vida, meu pai denunciou o *lawfare* contra o almirante Othon. Foi, inclusive, uma das testemunhas arroladas pela defesa dele”, comenta Joana.

Em outra frente, a Marinha prestou homenagem ao cientista, que alcançou o mais alto posto para engenheiros navais: o de vice-almirante. “Não há dúvida de que a grande contribuição do almirante Othon para a Marinha e para o Brasil foi o desenvolvimento da tecnologia de enriquecimento isotópico de urânio, por meio do método da ultracentrifugação. O domínio dessa tecnologia mudou o *status* do Brasil no cenário internacional da área nuclear, como pude constatar em reuniões da Agência Internacional de Energia Atômica”, afirmou o embaixador Laércio Antônio Vinas em vídeo divulgado pela força, em maio de 2025.

A conquista relatada pelo embaixador é um desses episódios que renderia um bom livro ou, quem sabe, uma série na Netflix. Formado em engenharia naval



Pazuello, só com o auxílio do GPS. Pontes vive no mundo da Lua. Mourão corre em faixa própria. Três casos em que a incompetência foi premiada

nuclear brasileiro, Pinheiro integra, de fato, uma elite que deu ao País, entre outros, o Instituto de Tecnologia da Aeronáutica e a Embraer, fantástica criação nacional quase entregue no governo Temer à norte-americana Boeing sem um único e escasso protesto do Alto-Comando. Na terra dos falsos patriotas, o almirante paga, no entanto, por seu verdadeiro compromisso com o Brasil. A sanha lavajatista o

arrastou pelos nove círculos do inferno de Dante, no qual ele permanece confinado. A esperada reversão das acusações será pouco diante da honra manchada. Pinheiro está com 87 anos, doente e desiludido.

Tudo, claro, sempre pode piorar. Nas asas de Bolsonaro, presenciamos a ascensão de um novo grupo. Saíram os militares da Sorbonne, chegaram os recrutas do Mobral. O general Eduardo Pazuello, “espe-

cialista” em logística, não sabe a diferença entre Norte e Sul. O drama da falta de oxigênio em Manaus durante a pandemia deve-se, sobretudo, à sua incompetência. Pazuello foi punido? Só se alguém considerar castigo uma vaga de deputado federal. O astronauta Marcos Pontes flutua pelo Senado como se, distraído, pisasse nas estrelas. O general Hamilton Mourão, golpista obstinado desde os tempos

de Clube Militar, só enxerga o próprio umbigo, a ponto de ser considerado traidor pelo clã que o lançou na política. Aos eleitores gaúchos que lhe deram uma cadeira no Senado, retribuiu com negligência e omissão durante as enchentes de 2024. Em três anos e meio de mandato, não há notícias de um projeto relevante do trio ou de discursos no púlpito que tenham provocado algum tipo de reação da plateia. Nem mesmo bocejos. É o vazio de Torricelli, diria Mino Carta. A bonomia, parece, agrada.

Pazuello, Mourão e Pontes são os tipos de militares que o Brasil louva.

— por Sergio Lirio

REPORTAGEM DE CAPA

pela Escola Politécnica da USP, Pinheiro havia acabado de concluir uma pós-graduação em engenharia nuclear no Massachusetts Institute of Technology (MIT), quando foi convidado para coordenar o Programa Nuclear Paralelo da Marinha (1979–1994), voltado ao desenvolvimento de um submarino com propulsão nuclear. Um dos desafios da missão secreta era desenvolver a tecnologia necessária para a produção de urânio enriquecido, combustível do equipamento e também das duas usinas term nucleares em construção no litoral fluminense.

Desde o pós-Guerra, os EUA vinham impondo uma série de obstáculos ao domínio dessa tecnologia pelo Brasil. Em 1953, por exemplo, o almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, um dos idealizadores do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), encomendou três centrífugas da Alemanha Ocidental, mas a entrega foi embargada por Washington por anos e só chegou ao Brasil quando já estava obsoleta. Em 1972, o Brasil concluiu o acordo para construção da Usina Angra 1, com equipamentos da norte-americana Westinghouse. À época, o governo dos EUA se comprometeu a fornecer combustível nuclear por 30 anos.

Para se livrar da dependência do urânio enriquecido vindo dos EUA, o Brasil fechou um acordo com a Alemanha, em 1975, para a construção de Angra 2. A negociação previa o fornecimento de ultracentrífugas para que o Brasil produzisse seu próprio combustível nuclear, mas, por pressão diplomática dos EUA, a transferência da tecnologia foi vetada. Como alternativa, os alemães ofereceram a técnica do *jet nozzle*, que consome uma quantidade de energia muito superior, tornando o enriquecimento de urânio economicamente inviável. Paralelamente, o governo dos EUA exercia pressão para que o Brasil subscrevesse o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e, durante

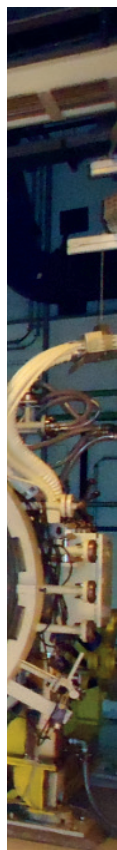


uma visita ao ditador Ernesto Geisel em 1977, o presidente Jimmy Carter ameaçou suspender as remessas de urânio enriquecido para Angra 1. Pinheiro recorda-se de que, à época, um professor do MIT chegou a zombar da “ingenuidade” dos brasileiros em aceitar a proposta alternativa da Alemanha “e ainda pagar por ela”.

Uma das frentes do projeto paralelo era justamente o desenvolvimento de uma ultracentrífuga. Pinheiro resgatou os antigos equipamentos comprados nos anos 1950 para treinar sua equipe e

dedicou-se ao desenvolvimento de uma nova tecnologia para enriquecer urânio. O grande desafio técnico a ser superado era a estabilização do rotor da centrífuga em altíssimas velocidades. Para reduzir o atrito e garantir o giro livre do cilindro, a solução envolveu o desenvolvimento de um mancal magnético, ideia que surgiu a partir de uma palestra no MIT. “Othon conseguiu o feito de desenvolver uma tecnologia inovadora, 100% nacional, para produzir urânio enriquecido e, depois, ainda desenvolveu o projeto de um reator para o submarino nuclear do Brasil”, comenta Carlos Feu. “Se tivesse interesse em ganhar dinheiro, ele poderia vender alguns desses segredos para outros países e ganhar uma fortuna, como fez o paquistanês Abdul Qadeer Khan. Em comparação, o valor que a Lava Jato diz que ele recebeu de propina seria um trocado.” Considerado o “pai da bomba atômica do Paquistão”, Khan confessou ter vendido segredos nucleares para a Líbia, Irã e Coreia do Sul. Somente a tecnologia repassada ao regime de Muammar Kadafi rendeu

**O SUBMARINO
DE PROPULSÃO
NUCLEAR
AUMENTARIA
O PODER DE
DISSUAÇÃO
CONTRA AMEAÇAS
EXTERNAS**



100 milhões de dólares, segundo noticiou o *New York Times* à época.

Pinheiro observa que Moro manteve estreita colaboração com o Departamento de Estado dos EUA durante a Lava Jato e que “certamente recebeu orientações” para sua ofensiva judicial. “Quem é capaz de enriquecer urânio pode facilmente construir uma bomba atômica. Esse é o temor dos norte-americanos: haver uma potência nuclear em seu quintal”, diz. O almirante ressalta, porém, que sempre defendeu o uso pacífico da energia nuclear. “Muitos confundem isso quando falamos do submarino, mas apenas a propulsão é nuclear. Os armamentos são convencionais”, explica.

Dos 601 dias em que permaneceu em prisão preventiva, o almirante passou mais de um mês em Bangu 8, na companhia de Cavendish e do bicheiro Carlinhos Cachoeira, como punição após Bretas considerar “regalias” os telefonemas diários, a partir da prisão militar, para a cuida-

Pinheiro liderou um programa secreto da Marinha que desenvolveu ultracentrífugas para enriquecer urânio com tecnologia 100% nacional, além de projetar submarinos

dora de sua esposa, que à época estava com Alzheimer e faleceu em 2024. O período mais desesperador ocorreu quando estava naarceragem da Base de Fuzileiros Navais do Rio Meriti, em Duque de Caxias, e soube da condenação imposta pelo magistrado. Com cordões retirados do calção e dos calçados, improvisou uma corda para se enforcar, mas foi impedido a tempo por um oficial de serviço. “Se ele chegasse cinco minutos depois, seria tarde. Não foi tanto por mim, mas pela minha filha, condenada a 14 anos de prisão”, diz. “Achei que seria uma forma de protesto. Felizmente, não deu certo. Era capaz de dizerem que se tratava de uma admissão de culpa.”

Pinheiro nunca negou ter recebido valores de empreiteiras investigadas na Lava Jato. Segundo ele, sua empresa foi contratada em 2004, antes de sua nomeação na Eletronuclear, para elaborar estudos

técnicos para empresas interessadas na retomada de Angra 3. Carlos Feu, que participou de algumas consultorias, cita um relatório que defendia a expansão das centrais nucleares para reduzir a dependência de usinas térmicas movidas a combustíveis fósseis, sobretudo quando a geração hidrelétrica é comprometida por estiagens prolongadas. “Há comprovação de todos os serviços prestados.”

Pinheiro diz que sua empresa também tinha clientes europeus, como a Fundação Calouste Gulbenkian, de Portugal, e a Effeft Fritz Fuss, da Alemanha. Por essa razão, mantinha contas no exterior, que permanecem bloqueadas. Ele acrescenta que Angra 3, cujas obras estão paralisadas desde 2015, custaria duas vezes menos que Angra 2. “O prejuízo causado pela Lava Jato é infinitamente superior aos desvios que eles dizem ter encontrado, como também ocorreu na Petrobras. As empreiteiras brasileiras, que eram muito competitivas e fechavam contratos na Europa e nos EUA, foram dizimadas”, diz. “O partido de Silvério dos Reis deve estar em festa.” •

